



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

REFLETINDO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE

Maria Renilse de Souza Cunha¹

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa²

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, em que todos sejam valorizados e respeitados, independentemente de quaisquer que sejam suas diferenças. Dessa forma, a inclusão volta-se para um modelo de educação que atenda a todos os alunos, respeitando suas particularidades, pluralidades de ideias, diversidade cultural, social e diferenças individuais, exigindo das instituições escolares mudanças quanto à estrutura física dos prédios para o recebimento dos alunos, na construção de métodos de ensino que valorize as diversas formas de aprendizagem sem discriminar e limitar os discentes, investimentos para a formação continuada dos professores no intuito de que estes se sintam mais preparados para atuarem, e principalmente, visa superar as barreiras no que tange as atitudes.

Ressaltamos que mesmo depois de inúmeras conquistas legislativas quanto ao acesso de alunos com deficiência na rede regular de ensino fruto de vários movimentos, lutas e embates travados por longos anos, o que se ver na prática, é uma sociedade que ainda sofre com um elevado índice de preconceito e discriminação em relação a este alunado.

¹ Acadêmica do 7º período do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Acre –Campus Floresta. <mariarenilseczs@gmail.com>.

² Prof^a. Dra. Na Universidade Federal do Acre/UFAC. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC) e do Grupo de Pesquisa em Educação (GEPED). <ademarciacosta@gmail.com>.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Nesse contexto, o sistema de ensino busca inserir todos no ensino regular, mas não tem a preocupação de investir quanto a permanência dos alunos na escola, colaborando para uma educação falha, que não se preocupa com os aspectos qualitativos, mas quantitativos.

Nesse sentido, quando Libâneo e Candau (2001, p. 36) argumentam que “a formação teórica e prática dos professores envolve, obviamente, a formação inicial, mas será necessário um investimento maciço na formação continuada através de um programa nacional de requalificação profissional”. Podemos entender, trazendo para a discussão aqui apresentada, que um professor com uma formação inicial não possui um leque de conhecimentos quanto ao ensino inclusivo, visto que na graduação pouco se adquire sobre a temática, sendo necessário a formação continuada contemplar isto.

Nesse contexto, o artigo aqui apresentado objetiva refletir sobre o (des)preparo docente na perspectiva da educação inclusiva no município de Cruzeiro do Sul/Acre. Assim, é importante levar em consideração o contexto social e econômico dos professores, dos alunos que estão sendo incluídos, das escolas públicas, se fazendo cada vez mais necessário auxiliar o professor a se profissionalizar aprendendo a conviver com as diferenças. Entretanto, isso só pode ser alcançado através de uma formação profissional docente que atenda as múltiplas necessidades educacionais do aluno público alvo da educação especial, contribuindo para que esses alunos possam compreender o espaço social escolar, percebendo-se como um fragmento dentro desse todo.

Dessa forma, foi adotado como plano para execução da pesquisa, a TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras, que visa apropriar-se das ideias primeiras do participante em relação ao tema pesquisado, e configura-se como uma técnica projetiva.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

2 Educação Inclusiva: pensando sobre algumas de suas bases legais

A educação inclusiva ao que poderia nos parecer ser um descaso recente da educação brasileira já é um fato real. Isso pressupõe refletirmos sobre tal situação em vez de julgar o que é certo ou errado. Nesse contexto, a escola regular e a escola especial não começaram a ter problemas somente por causa da necessidade de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, praticamente os problemas e exigências que existiam antes do advento da educação inclusiva, permanecem até hoje, a diferença é que atualmente os movimentos em prol de mudanças finalmente estão ganhando espaço e aos poucos superando as barreiras no que tange ao preconceito e as desigualdades.

Nesse sentido, uma primeira disposição legal que destacamos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 que regulamenta o direito de alunos deficientes à educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, em 1973 é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável por gerenciar a educação inclusiva no Brasil.

Outra conquista importante foi a Constituição Federal de 1988 que prever em seu artigo 3º e inciso IV como um de seus objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988 p. 01). No artigo 205 garante que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988 p 104). Estabelece ainda, em seu artigo 206 e inciso I a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988 p. 104).

Além disso, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei nº 9.394/96 também menciona em seu artigo 59 que os Sistemas de Ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, técnicas e recursos educativos que estejam organizados de acordo com as necessidades específicas dos alunos



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
 VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

deficientes, cabendo à escola, organizar-se e assegurar tais condições para uma educação de qualidade, destinada a todos.

Diante disso, o que se percebe é que as legislações voltadas para a inserção dos alunos com deficiência no ensino regular parecem de certa forma contemplarem o que é necessário para que a inclusão escolar seja um sucesso. Sabemos, porém, que os desafios são inúmeros. Não basta que as mudanças estejam na lei, os meios para que elas sejam efetivadas precisam ser viáveis.

Os alunos com deficiência, além de enfrentarem diversos preconceitos praticados pela própria comunidade escolar enfrentam também, uma grande carência por parte das escolas que apresentam salas desestruturadas, materiais poucos condizentes para o aprendizado, professores muitas vezes despreparados para atuarem, além, de ter que conviver com a discriminação que ainda encontra-se arraigada na sociedade e consequentemente dentro das escolas.

Nesse sentido, não devemos direcionar nossos olhares meramente para a inserção de alunos deficientes no ensino regular, pois o fato de inseri-los não significa que estes irão permanecer. É necessário, portanto, pensar estratégias que garantam a permanência destes alunos na instituição, assegurando-os de que sua particularidade não seja ofendida, e de certo modo, fazer com que toda a comunidade escolar os receba, vendo-os não como um ser especial que precise de “pena”, mas como uma pessoa que apresenta algumas limitações – como todos. Para tanto, se torna indispensável à cooperação de um professor capacitado para trabalhar com tal diversidade dentro de sala de aula, nesse sentido Zabala (1998) elucida:

Para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequados, constituídos por um marco de relação em que predomina a aceitação, a confiança, o respeito mútuo e a sinceridade. É preciso criar um ambiente seguro e ordenada que favoreça a todos os alunos a oportunidade de participar, num clima com multiplicidade de interações que promovam a cooperação e coesão do grupo. (p. 100).



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Em vista disso, compreende-se que o professor tem um importante papel a desempenhar, uma vez que ele é parte indispensável no processo de ensino, devendo este buscar trabalhar com metodologias de ensino que valorize a diversidade dos alunos, respeitando suas particularidades, e suas formas de aprendizagem.

Outra reflexão que fazemos no que se refere aos desafios do trabalho docente é a superlotação das salas de aulas, problema que muitos especialistas e estudiosos em educação vêm debatendo há tempos, como pudemos perceber durante a execução de nossas entrevistas quando ouvimos muitos professores expressando este argumento como um dos principais motivos de estresse, em vista a grande carga de responsabilidade, por ter que atender ao mesmo tempo a um número elevado de alunos presentes em uma única turma. A essa questão, a Constituição Federal (1988) sanciona que:

Art. 25 Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançarem relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
Parágrafo Único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecerem parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.
(p.134).

Essa preocupação legal nos ratifica a importância de que as salas de aula tenham um número de alunos distribuído de tal forma que o docente possa desenvolver um trabalho de qualidade, em que todos os alunos tenham condições reais de desenvolvimento, a partir de um ensino que possibilite a sua aprendizagem de modo significativo, através de aulas instigantes e participativas, em que educadores e educandos possam interagir, ensinar e aprender, sem discriminação e preconceito.

Desse modo, segundo a Constituição Federal (1988), deve haver uma distribuição adequada de alunos nas turmas de ensino, de modo a beneficiar o processo de ensino aprendizagem, enquanto na realidade o que se ver em grande



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

parte das escolas públicas são salas de aula superlotadas, professores desestimulados, estressados e sobrecarregados por causa do acúmulo de tarefas.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada no intuito de abarcar a temática proposta é a Técnica de Associação Livre de Palavras –TALP (Abric, 1998). Por ser uma técnica projetiva, permitiu-nos uma aproximação aos sentidos gerados a partir da expressão "educação inclusiva". Para analisarmos os sentidos atribuídos ao (des) preparo dos professores em lidar no ensino regular com alunos com deficiência e entender as dificuldades instituídas no cotidiano desses professores, é importante e necessário compreendermos como estes classificam e categorizam sua visão da realidade que os cerca. Para isso, fizemos uso da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), que possibilita a identificação de pontos centrais dos sentidos atribuídos conduzindo à "livre associação de ideias". Desta forma, traz à tona o oculto, permitindo-nos acessar os elementos latentes que seriam ignorados ou mascarados em produções discursivas (Abric, 1998), facilitando a compreensão de sentimentos e opiniões manifestados pelos participantes da pesquisa quando se referem ao fazer docente em um ambiente de ensino regular que tem alunos com deficiência.

Esclarecendo a técnica, podemos dizer que os participantes da pesquisa são convidados a partir da escuta da palavra estímulo, no caso, "Educação Inclusiva", dizer três palavras que imediatamente lhes vêm à mente, nos permitindo acessar a constância e veracidade dos seus pensamentos. Isso pode nos ajudar a diminuir as dificuldades encontradas para a compreensão dos conteúdos que lhes são implícitos. Assim, após enunciar as três palavras, o participante deve justificar o porquê da escolha, fornecendo assim, material suficiente para análise. Esclarecemos que a aplicação dessa técnica se deu individualmente com os participantes. Tivemos a colaboração dos gestores e coordenadores pedagógicos para no momento da entrevista com o docente, assumirem a sala de aula.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Participaram da técnica de associação livre de palavras, 10 professores de ambos os sexos, dos quais 05 trabalham nas escolas da rede pública estadual, e 05 trabalham em escolas da rede pública municipal. Ambos, residentes na cidade de Cruzeiro do Sul/AC. O critério de seleção dos mesmos foi o fato de trabalharem em escolas públicas, tendo em suas salas de aulas alunos com deficiência.

Com isso, a importância a que se dá na produção e relevância deste artigo estão estritamente relacionadas com a emergência e a necessidade de refletirmos sobre a atual situação do docente, atuante no ensino regular que lida com o aluno com deficiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de dados coletados junto aos participantes dessa pesquisa, chegamos a importantes resultados que nos permitem refletir sobre a temática aqui proposta. O tema educação inclusiva hoje é um dos fatores que se torna centro de muitos debates e discussões para especialistas e estudiosos da educação.

Desse modo, ao pedirmos para os professores pensarem em três palavras que estivessem voltadas para o tema educação inclusiva, as palavras mais recorrentes estão relacionadas ao despreparo, falta de capacitação e salas superlotadas.

Nessa ideia, quanto ao professor sentir-se despreparado para atuar com alunos deficientes que encontram-se inseridos em suas turmas, todos os educadores participantes da pesquisa enfatizaram ser um agravante presente em sua profissão. Como enfatiza um dos educadores:

É um despreparo. É um despreparo assim, porque nós não tivemos muito acesso a libras né para que nós possamos trabalhar, porque você num sabe, mas você pode pegar aluno né? Auditivo né? Visual... você pode pegar esses alunos. Então você não tá preparado pra você lidar com eles. (P01³).

³ Usaremos a letra “P” para nos referirmos a participante, seguido do número em que o mesmo participou da pesquisa. Desse modo, P01 significa participante 01.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Assim, entende-se que há uma carência de formação continuada voltada para os professores, no intuito de que estes recebam preparação adequada, e possam ter condições de elaborar estratégias de ensino que busque valorizar a diversidade de alunos presentes em sala, contribuindo na construção de uma educação de qualidade.

Diante disso, em vista da falta de capacitação, o Governo Federal nos últimos anos vem colaborando com a existência de auxílios para o corpo docente que estão atuando com alunos deficientes em suas turmas. Todavia, é importante destacar que tais cursos não são suficientes para atenderem a carência dos educadores. Assim, mesmo com o oferecimento de tais cursos muitos professores reclamam por um suporte maior. Como retrata uma educadora:

[...] a gente tem que ter uma capacitação, porque não adianta você ser uma escola inclusiva e num ter uma capacitação para os professores saberem como trabalhar. Eu mesmo trabalho com dois surdos, às vezes me deparo em como falar, às vezes tem umas meninas lá que fazem na sexta-feira né, então eu corro pra elas, eu digo: como é que diz isso aqui? Aí elas acabam me dizendo e tem também a itinerante que sempre vai tá me ajudando. (P06).

Desse modo, os profissionais não só reclamam por mais cursos preparatórios, mas questionam ainda sobre a necessidade de haver todo um suporte de materiais que possa atender os alunos deficientes. Porém, acreditamos que mais do que cursos preparatórios é preciso também novas mudanças atitudinais, pois de nada vale submeter-se a cursos de capacitação, se o docente não acredita nas possibilidades do alunado. Portanto, a problemática quanto à educação inclusiva vai além do fato de haverem muitos professores despreparados.

Além disso, outro aspecto que se destaca nas falas dos docentes são as salas superlotadas, apresentando-se como um agravante para a conquista de uma educação verdadeiramente inclusiva. É relevante mencionar que tal realidade é resultado de um modelo de sociedade puramente capitalista, que se enraíza de



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

modo voraz em âmbitos escolares provocando a falência da riqueza que o ensino oferece, uma vez que o sistema de ensino se centra em educar a todos utilizando poucos recursos, que resulta em menos gastos. Sobre isso, uma das educadoras entrevistadas elucida:

A dificuldade maior que eu tenho, é quando a gente vê uma sala de aula com várias crianças, é a superlotação, você preenche a sala de aula com um número tal de aluno, ainda tem dois, três alunos com problema de inclusão ali, aí você fica imaginando como que você vai lidar com aqueles três alunos? Como que você vai adequar o material para aquele aluno? Então existem essas dificuldades do professor ainda a lidar com a prática. Trabalhar com a prática com esse aluno. Também por parte de adquirir material nas escolas, porque as escolas não têm materiais, a gente tem o material didático, mas num é tão adequado, ainda existe uma falta de material, então fica difícil, adquirir né? Além disso, as formações são muito poucas (P08).

Diante disso, compreende-se que há uma preocupação dos educadores em relação à inclusão de alunos deficientes no âmbito escolar, pois estes encontram muitas dificuldades com a falta de material, de formação e ainda assinalam a superlotação das salas de aulas. Nessa ideia, Silva (2006) enfatiza:

Falar de inclusão é tratar de um propósito muito abrangente, uma jornada longa que propicia também aos professores o direito de construir e ampliar suas habilidades enquanto sujeitos e profissionais. Inclusão, também implica o direito do professor receber apoio e oportunidades para o seu desenvolvimento profissional e, da mesma forma, de pais terem o direito de esperar que seus filhos recebam educação adequada (p. 44).

Portanto, através das falas dos professores, percebemos que as dificuldades são muitas. Embora já apresentem familiaridade com a temática “inclusão do aluno com deficiência no ensino regular”, evidenciam queixas e reclamações “clássicas” como as salas superlotadas e a necessidade de mais formação continuada. Sabemos que as dificuldades vão além disso. É preciso pensar o assunto para além da sala de aula. Assim, vivenciar de fato uma proposta inclusiva é necessário repensar as políticas públicas de inclusão, o sistema de



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazôniaas, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

ensino como um todo. É preciso repensar também como os professores serão capacitados, na reestruturação e dinamismo das práticas pedagógicas, no planejamento e no apoio pedagógico que cada escola deve oferecer e prover para atender sua equipe docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos avanços sociais, econômicos, tecnológicos, políticos e culturais que a sociedade se encontra é imprescindível lutar por uma educação que possa acompanhar essas novas mudanças, apoiada na ideia do respeito à diversidade, valorizando as diferenças e tendo condições de atender as demandas da sociedade, sem exclusões e discriminação.

Nesse contexto, a presente pesquisa revela que os docentes independentes dos cursos de formação continuada na perspectiva inclusiva que tenham feito, evidenciam uma queixa voltada para o despreparo. A dificuldade se mostra na convivência com o aluno deficiente. Além disso, somam-se às salas de aula sempre superlotadas e a falta de apoio tanto metodológico quanto material. Com isso, vemos toda uma concentração de responsabilidades que se remetem à figura do professor. Como se todo o restante – políticas públicas, políticas de formação, família, sociedade... – tivessem papel secundário.

Portanto, não estamos tentando aqui dizer que os professores não tem responsabilidade alguma em relação à inclusão, pelo contrário, ele é parte indispensável para essa conquista. Todavia, o profissional docente carece de apoio, seja da comunidade escolar, do sistema de ensino e da sociedade num todo, no intuito de construir uma sociedade pautada nos ideais de igualdade, solidariedade e respeito à diversidade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Do Brasil, 1996.

CUNHA, M. I. da. **A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores.** In: ROMANOWSKI, J. P.; P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas.** In.: CANDAU, V.M. Didática, currículo e saberes docentes. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

SILVA, M. F. M. C. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Editora IBPEX, Curitiba, 2006.

SILVA, M. F. M. C. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Editora IBPEX, Curitiba, 2006.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.